

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013)

1

| Legislação | Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (texto aprovado pela Comissão Mista) |
|--|---|--|
| | Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas. | Altera as Leis de nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e 12.409, de 25 de maio de 2011, que tratam, respectivamente, da transferência de recursos da União aos entes federativos para ações de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres naturais, da autorização para o Fundo de Compensação de Variações Salariais assumir direitos e obrigações do Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências. |
| | A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei: | O Congresso Nacional decreta: |
| Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010 | Art. 1º A ementa da <u>Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010</u> , passa a vigorar com as seguintes alterações: | Art. 1º A ementa da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas; e dá outras providências. | “Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres, sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil e dá outras providências.” (NR) | “Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres, sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil e dá outras providências.” (NR) |
| | Art. 2º A Lei nº 12.340, de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações: | Art. 2º A Lei nº 12.340, de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações: |
| Art. 1º (Revogado pela Lei nº 12.608, de 2012) | | |
| | “ Art. 1º-A. A transferência de recursos financeiros para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios observará as disposições desta Lei e poderá ser feita por meio: | “ Art. 1º-A. A transferência de recursos financeiros para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios observará as disposições desta Lei e poderá ser feita por meio: |
| | I - de depósito em conta específica mantida pelo ente | I - de depósito em conta específica mantida pelo ente |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013)

2

| Legislação | Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (texto aprovado pela Comissão Mista) |
|------------|---|---|
| | beneficiário em instituição financeira oficial federal; ou | beneficiário em instituição financeira oficial federal; ou |
| | II - do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil - Funcap a fundos constituídos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios com fim específico de execução das ações previstas no art. 8º e na forma estabelecida no § 1º do art. 9º desta Lei. | II - do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil - Funcap a fundos constituídos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios com fim específico de execução das ações previstas no art. 8º e na forma estabelecida no § 1º do art. 9º desta Lei. |
| | § 1º Será responsabilidade da União, conforme regulamento: | § 1º Será responsabilidade da União, conforme regulamento: |
| | I - definir as diretrizes e aprovar os planos de trabalho de ações de prevenção em áreas de risco e de recuperação em áreas atingidas por desastres; | I - definir as diretrizes e aprovar os planos de trabalho de ações de prevenção em áreas de risco e de recuperação em áreas atingidas por desastres; |
| | II - efetuar os repasses de recursos aos entes beneficiários nas formas previstas no caput, de acordo com os planos de trabalho aprovados; | II - efetuar os repasses de recursos aos entes beneficiários nas formas previstas no caput , de acordo com os planos de trabalho aprovados; |
| | III - fiscalizar o atendimento das metas físicas de acordo com os planos de trabalho aprovados, exceto nas ações de resposta; e | III - fiscalizar o atendimento das metas físicas de acordo com os planos de trabalho aprovados, exceto nas ações de resposta; e |
| | IV - avaliar o cumprimento do objeto relacionado às ações previstas no caput. | IV - avaliar o cumprimento do objeto relacionado às ações previstas no caput . |
| | § 2º Será responsabilidade exclusiva dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios beneficiados: | § 2º Será responsabilidade exclusiva dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios beneficiados: |
| | I - demonstrar a necessidade dos recursos demandados; | I - demonstrar a necessidade dos recursos demandados; |
| | II - apresentar, exceto nas ações de resposta, plano de trabalho ao órgão responsável pela transferência de recursos, na forma e no prazo definidos em regulamento; | II - apresentar, exceto nas ações de resposta, plano de trabalho ao órgão responsável pela transferência de recursos, na forma e no prazo definidos em regulamento; |
| | III - apresentar estimativa de custos necessários à execução das ações previstas no caput, com exceção das ações de resposta; | III - apresentar estimativa de custos necessários à execução das ações previstas no caput , com exceção das ações de resposta; |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013)

| Legislação | Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (texto aprovado pela Comissão Mista) |
|------------|---|---|
| | IV - realizar todas as etapas necessárias à execução das ações de prevenção em área de risco, de resposta e de recuperação de desastres, nelas incluídas a contratação e execução das obras ou prestação de serviços, inclusive de engenharia, em todas as suas fases; e | IV - realizar todas as etapas necessárias à execução das ações de prevenção em área de risco, de resposta e de recuperação de desastres, nelas incluídas a contratação e execução das obras ou prestação de serviços, inclusive de engenharia, em todas as suas fases; e |
| | V - prestar contas das ações de prevenção, de resposta e de recuperação perante o órgão responsável pela transferência de recursos e aos órgãos de controle competentes. | V - prestar contas das ações de prevenção, de resposta e de recuperação perante o órgão responsável pela transferência de recursos e aos órgãos de controle competentes. |
| | § 3º A definição do montante de recursos a ser transferido pela União decorrerá de estimativas de custos das ações selecionadas pelo órgão responsável pela transferência de recursos em conformidade com o plano de trabalho apresentado pelo ente federado, salvo em caso de ações de resposta. | § 3º A definição do montante de recursos a ser transferido pela União decorrerá de estimativas de custos das ações selecionadas pelo órgão responsável pela transferência de recursos em conformidade com o plano de trabalho apresentado pelo ente federado, salvo em caso de ações de resposta. |
| | § 4º Os entes beneficiados se comprometerão à realização integral das ações referidas no caput independentemente de novos repasses de recursos pela União, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, atendidos os requisitos técnicos, parâmetros e etapas contidos no plano de trabalho. | § 4º Os entes beneficiados se comprometerão à realização integral das ações de prevenção e recuperação independentemente de novos repasses de recursos pela União, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, atendidos os requisitos técnicos, parâmetros e etapas contidos no plano de trabalho. |
| | § 5º A União, representada pelo órgão responsável pela transferência de recursos, verificará os custos e as medições da execução das ações previstas no caput em casos excepcionais de necessidade de complementação dos recursos transferidos, devidamente motivados. | § 5º A União, representada pelo órgão responsável pela transferência de recursos, verificará os custos e as medições da execução das ações de prevenção e recuperação em casos excepcionais de necessidade de complementação dos recursos transferidos, devidamente motivados. |
| | § 6º As referências de custos da União para as hipóteses abrangidas nos §§ 3º a 5º poderão ser baseadas em valores pagos pela administração pública | § 6º As referências de custos da União para as hipóteses abrangidas nos §§ 4º a 6º poderão ser baseadas em valores pagos pela administração pública |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013)

4

| Legislação | Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (texto aprovado pela Comissão Mista) |
|------------|---|---|
| | em serviços e obras similares ou na avaliação do custo global da obra, aferida mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica, nos termos do regulamento. | em serviços e obras similares ou na avaliação do custo global da obra, aferida mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica, nos termos do regulamento. |
| | § 7º Os dispêndios relativos às ações definidas no caput pelos entes beneficiários serão monitorados e fiscalizados por órgão ou instituição financeira oficial federal, na forma a ser definida em regulamento. | §7º Os dispêndios relativos às ações definidas no caput pelos entes beneficiários serão monitorados e fiscalizados por órgão ou instituição financeira oficial federal, na forma a ser definida em regulamento. |
| | § 8º Os entes beneficiários deverão disponibilizar relatórios nos prazos estabelecidos em regulamento e sempre que solicitados, relativos às despesas realizadas com os recursos liberados pela União ao órgão responsável pela transferência de recursos e aos órgãos de controle. | §8 º Os entes beneficiários deverão disponibilizar relatórios nos prazos estabelecidos em regulamento e sempre que solicitados, relativos às despesas realizadas com os recursos liberados pela União ao órgão responsável pela transferência de recursos e aos órgãos de controle. |
| | § 9º Os entes federados darão ampla divulgação, inclusive por meio de portal na internet, às ações inerentes às obras ou empreendimentos custeadas com recursos federais, em especial destacando o detalhamento das metas, valores envolvidos, empresas contratadas e estágio de execução, conforme condições a serem estabelecidas em regulamento. | § 9º Os entes federados darão ampla divulgação, inclusive por meio de portal na internet, às ações inerentes às obras ou empreendimentos custeadas com recursos federais, em especial destacando o detalhamento das metas, valores envolvidos, empresas contratadas e estágio de execução, conforme condições a serem estabelecidas em regulamento. |
| | § 10. No caso de haver excedente de recursos transferidos, o ente beneficiário poderá propor sua destinação a ações correlatas àquelas previstas no caput, sujeitas à aprovação do órgão responsável pela transferência dos recursos.” (NR) | §10. No caso de haver excedente de recursos transferidos, o ente beneficiário poderá propor sua destinação a ações correlatas àquelas previstas no caput, sujeitas à aprovação do órgão responsável pela transferência dos recursos. |
| | | § 11. Os Estados poderão apoiar a elaboração de termos de referência, planos de trabalho e projetos, cotação de preços, fiscalização e acompanhamento, bem como a prestação de contas de municípios com população inferior a 50 (cinquenta) mil habitantes. |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013)

| Legislação | Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (texto aprovado pela Comissão Mista) |
|--|---|--|
| | | (NR) |
| | | |
| Art. 3º-A. O Governo Federal instituirá cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, conforme regulamento. | | Art. 3º-A |
| | | |
| § 2º Os Municípios incluídos no cadastro deverão: | | § 2º |
| V - elaborar carta geotécnica de aptidão à urbanização, estabelecendo diretrizes urbanísticas voltadas para a segurança dos novos parcelamentos do solo e para o aproveitamento de agregados para a construção civil. | | |
| | | VI – São elementos a serem considerados no Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, a ser elaborado pelo município: |
| | | a) indicação das responsabilidades de cada órgão na gestão de desastres, especialmente quanto às ações de preparação, resposta e recuperação. |
| | | b) definição dos sistemas de alerta a desastres, em articulação com o sistema de monitoramento, com especial atenção dos radioamadores; |
| | | c) organização dos exercícios simulados, a serem realizados com a participação da população; |
| | | d) organização do sistema de atendimento emergencial à população, incluindo-se a localização das rotas de deslocamento e dos pontos seguros no momento do desastre, bem como dos pontos de abrigo após a ocorrência de desastre; |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013)

6

| Legislação | Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (texto aprovado pela Comissão Mista) |
|--|--|--|
| | | e) definição das ações de atendimento médico-hospitalar e psicológico aos atingidos por desastre; |
| | | f) cadastramento das equipes técnicas e de voluntários para atuarem em circunstâncias de desastres |
| | | g) localização dos centros de recebimento e organização da estratégia de distribuição de doações e suprimentos.” |
| § 3º | | |
| Art. 2º (Revogado pela Lei nº 12.608, de 2012) | | |
| Art. 4º São obrigatórias as transferências da União aos órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação, observados os requisitos e procedimentos previstos nesta Lei. | “Art. 4º São obrigatórias as transferências da União aos órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, de resposta e de recuperação em áreas atingidas ou com o risco de serem atingidas por desastres, observados os requisitos e procedimentos estabelecidos pela legislação aplicável. | “Art. 4º São obrigatórias as transferências da União aos órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, de resposta e de recuperação em áreas atingidas ou com o risco de serem atingidas por desastres, observados os requisitos e procedimentos estabelecidos pela legislação aplicável. |
| § 1º As ações de que trata o caput serão definidas em regulamento, e o órgão central do SINPDEC definirá o montante de recursos a ser transferido, mediante depósito em conta específica mantida pelo ente beneficiário em instituição financeira oficial federal, de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira e com base nas informações obtidas perante o ente federativo. | § 1º A liberação de recursos para as ações previstas no caput poderá ser efetivada por meio de depósito em conta específica a ser mantida pelos órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em instituição financeira oficial federal, observado disposto em regulamento. | § 1º A liberação de recursos para as ações previstas no caput poderá ser efetivada por meio de depósito em conta específica a ser mantida pelos órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em instituição financeira oficial federal, observado disposto em regulamento. |
| | § 2º Para as ações previstas no caput, caberá ao órgão responsável pela transferência de recursos definir o montante de recursos a ser transferido de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira e desde que seja observado o previsto no art. 1º-A. | § 2º Para as ações previstas no caput, caberá ao órgão responsável pela transferência de recursos definir o montante de recursos a ser transferido de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira e desde que seja observado o previsto no art. 1º-A. |
| § 2º No caso de execução de ações de recuperação, o ente beneficiário deverá apresentar plano de trabalho | § 3º No caso de execução de ações de recuperação, o ente beneficiário deverá apresentar plano de trabalho | § 3º No caso de execução de ações de recuperação e resposta serão adotados os seguintes procedimentos: |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013)

| Legislação | Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (texto aprovado pela Comissão Mista) |
|--|--|--|
| ao órgão central do SINPDEC no prazo máximo de 90 (noventa) dias da ocorrência do desastre. | ao órgão responsável pela transferência dos recursos no prazo de noventa dias da ocorrência do desastre.” (NR) | I - para recuperação, o ente beneficiário deverá apresentar plano de trabalho ao órgão responsável pela transferência dos recursos no prazo de noventa dias da ocorrência do desastre; |
| | | II - para resposta, quando compreender exclusivamente socorro e assistência às vítimas, o Governo Federal poderá, mediante solicitação motivada e comprovada do fato pelo ente beneficiário, prestar apoio prévio ao reconhecimento federal da situação de emergência ou estado de calamidade pública, ficando o ente recebedor responsável pela apresentação dos documentos e informações necessárias para análise do reconhecimento; |
| | | III – para as ações de resposta, fica dispensada aos Municípios em situação de emergência ou calamidade pública, cuja gravidade do desastre tenha tornado inoperante e impossível a realização de atos formais da Administração, a prévia emissão de nota de empenho, na forma do § 1º do art. 60 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; |
| | | IV - o disposto no inciso III não elimina a necessidade de emissão da nota de empenho, em até 90 dias do restabelecimento das condições operacionais do município, em contemporaneidade com a execução da despesa e dentro do prazo estabelecido no plano de trabalho. |
| Art. 5º O órgão central do SINPDEC acompanhará e fiscalizará a aplicação dos recursos transferidos na forma do art. 4º. | | “ Art. 5º O órgão responsável pela transferência do recurso acompanhará e fiscalizará a aplicação dos recursos transferidos na forma do art. 4º.” (NR) |
| § 1º Verificada a aplicação de recursos em desacordo com o disposto nesta Lei, o saque dos valores da conta | | § 1º |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013)

8

| Legislação | Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (texto aprovado pela Comissão Mista) |
|---|---|---|
| específica e a realização de novas transferências ao ente beneficiário serão suspensos. | | |
| § 2º Os entes beneficiários das transferências de que trata o caput deverão apresentar ao órgão central do SINPDEC a prestação de contas do total dos recursos recebidos, na forma do regulamento. | | § 2º Os entes beneficiários das transferências de que trata o caput deverão apresentar ao órgão responsável pela transferência do recurso a prestação de contas do total dos recursos recebidos, na forma do regulamento. |
| § 3º Os entes beneficiários manterão, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas de que trata o § 2º, os documentos a ela referentes, inclusive os comprovantes de pagamentos efetuados com os recursos financeiros transferidos na forma desta Lei, ficando obrigados a disponibilizá-los, sempre que solicitado, ao órgão central do SINPDEC , ao Tribunal de Contas da União e ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal. | | § 3º Os entes beneficiários manterão, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas de que trata o § 2º, os documentos a ela referentes, inclusive os comprovantes de pagamentos efetuados com os recursos financeiros transferidos na forma desta Lei, ficando obrigados a disponibilizá-los, sempre que solicitado, ao órgão responsável pela transferência do recurso , ao Tribunal de Contas da União e ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal. (NR) |
| Art. 5º-A. Constatada, a qualquer tempo, a presença de vícios nos documentos apresentados, ou a inexistência do estado de calamidade pública ou da situação de emergência declarados, o ato administrativo que tenha autorizado a realização da transferência obrigatória perderá seus efeitos, ficando o ente beneficiário obrigado a devolver os valores repassados, devidamente atualizados. | “Art. 5º-A. Constatada, a qualquer tempo, nas ações de prevenção, de resposta e de recuperação , a presença de vícios nos documentos apresentados, a inexistência de risco de desastre , da situação de emergência ou do estado de calamidade pública declarados ou a inexecução do objeto , o ato administrativo que tenha autorizado a realização da transferência obrigatória perderá seus efeitos, ficando o ente beneficiário obrigado a devolver os valores repassados devidamente atualizados. | “Art. 5º-A. Constatada, a qualquer tempo, nas ações de prevenção, de resposta e de recuperação, a presença de vícios nos documentos apresentados, a inexistência de risco de desastre, da situação de emergência ou do estado de calamidade pública declarados ou a inexecução do objeto, o ato administrativo que tenha autorizado a realização da transferência obrigatória perderá seus efeitos, ficando o ente beneficiário obrigado a devolver os valores repassados devidamente atualizados. |
| Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, ocorrendo indícios de falsificação de documentos pelo ente federado, deverão ser notificados o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual respectivo, para adoção das providências cabíveis. | Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, ocorrendo indícios de falsificação de documentos pelo ente federado, deverão ser notificados o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual respectivo, para adoção das providências cabíveis.” (NR) | Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput , ocorrendo indícios de falsificação de documentos pelo ente federado, deverão ser notificados o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual respectivo, para adoção das providências cabíveis.” (NR) |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013)

| Legislação | Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (texto aprovado pela Comissão Mista) |
|--|---|---|
| Art. 7º O Fundo Especial para Calamidades Públicas - FUNCAP, instituído pelo Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969 , passa a ser regido pelo disposto nesta Lei. | “ Art. 7º O Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil - Funcap, instituído pelo Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969, passa a ser regido pelo disposto nesta Lei.” (NR) | “ Art. 7º O Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil - Funcap, instituído pelo Decreto-Lei nº 950, de 13 de outubro de 1969, passa a ser regido pelo disposto nesta Lei.” (NR) |
| Art. 8º O Funcap, de natureza contábil e financeira, terá como finalidade custear ações de reconstrução em áreas atingidas por desastres nos entes federados que tiverem a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos nos termos do art. 3º. | “ Art. 8º O Funcap, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Integração Nacional , terá como finalidade custear, no todo ou em parte: | “ Art. 8º O Funcap, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Integração Nacional , terá como finalidade custear, no todo ou em parte: |
| | I - ações de prevenção em áreas de risco de desastre; e II - ações de recuperação de áreas atingidas por desastres em entes federados que tiverem a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos nos termos do art. 3º.” (NR) | I - ações de prevenção em áreas de risco de desastre; e II - ações de recuperação de áreas atingidas por desastres em entes federados que tiverem a situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos nos termos do art. 3º.” (NR) |
| Art. 9º O Funcap terá seu patrimônio constituído por cotas que serão integralizadas anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. | “ Art. 9º Constituem recursos do Funcap: | “ Art. 9º Constituem recursos do Funcap: |
| | I - dotações consignadas na lei orçamentária anual da União e seus créditos adicionais; | I - dotações consignadas na lei orçamentária anual da União e seus créditos adicionais; |
| | II - doações; e III - outros que lhe vierem a ser destinados. | II - doações; e III - outros que lhe vierem a ser destinados. |
| § 1º A integralização de cotas por parte dos Estados, Distrito Federal e Municípios será voluntária e somente poderá ser realizada em moeda corrente. | § 1º Os recursos do Funcap serão transferidos diretamente aos fundos constituídos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios cujos objetos permitam a execução das ações a que se refere o art. 8º, após o reconhecimento federal da situação de emergência ou do estado de calamidade pública ou a identificação da ação como necessária à prevenção de desastre, dispensada a celebração de convênio ou outros instrumentos jurídicos. | § 1º Os recursos do Funcap serão transferidos diretamente aos fundos constituídos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios cujos objetos permitam a execução das ações a que se refere o art. 8º, após o reconhecimento federal da situação de emergência ou do estado de calamidade pública ou a identificação da ação como necessária à prevenção de desastre, dispensada a celebração de convênio ou outros instrumentos jurídicos. |
| § 2º Na integralização das cotas, para cada parte integralizada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, a União integralizará 3 (três) partes. | § 2º São obrigatórias as transferências a que se refere o §1º, observados os critérios e os procedimentos previstos em regulamento. | § 2º São obrigatórias as transferências a que se refere o §1º, observados os critérios e os procedimentos previstos em regulamento. |
| § 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios | § 3º O repasse de recursos do Funcap deverá observar | § 3º O repasse de recursos do Funcap deverá observar |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013)

| Legislação | Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (texto aprovado pela Comissão Mista) |
|---|---|---|
| que decidirem integralizar cotas no Funcap deverão informar à Secretaria de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, até o dia 30 de junho de cada ano, o valor a ser disponibilizado para essa finalidade, de forma a permitir a inclusão do valor a ser integralizado pela União na lei orçamentária anual do exercício seguinte. | o disposto no art. 1º-A. | o disposto em regulamento. |
| § 4º Os entes federados que integralizarem cotas no Funcap somente poderão retirá-las após 2 (dois) anos da data de integralização, exceto no caso de saque realizado na forma do art. 11. | § 4º O controle social sobre as destinações dos recursos do Funcap será exercido por conselhos vinculados aos entes beneficiados, garantida a participação da sociedade civil.” (NR) | § 4º O controle social sobre as destinações dos recursos do Funcap será exercido por conselhos vinculados aos entes beneficiados, garantida a participação da sociedade civil.” (NR) |
| Art. 10. Os recursos do Funcap serão mantidos em instituição financeira federal e geridos por um Conselho Diretor, composto por: | “ Art. 10. Os recursos do Funcap serão mantidos na Conta Única do Tesouro Nacional e geridos por um Conselho Diretor que deverá estabelecer os critérios para priorização e aprovação dos planos de trabalho, acompanhamento, fiscalização e aprovação da prestação de contas. | “ Art. 10. Os recursos do Funcap serão mantidos na Conta Única do Tesouro Nacional e geridos por um Conselho Diretor que deverá estabelecer os critérios para priorização e aprovação dos planos de trabalho, acompanhamento, fiscalização e aprovação da prestação de contas. |
| I - 3 (três) representantes da União; | | |
| II - 1 (um) representante dos Estados e do Distrito Federal; | | |
| III - 1 (um) representante dos Municípios. | | |
| § 1º A presidência do Conselho Diretor caberá a um dos representantes da União. | | |
| § 2º Observado o disposto no caput, o Poder Executivo federal regulamentará a forma de indicação dos representantes e o funcionamento do Conselho Diretor. | Parágrafo único. O Poder Executivo federal regulamentará o funcionamento, as competências, as responsabilidades e a composição do Conselho Diretor e a forma de indicação dos seus membros.” (NR) | Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará o funcionamento, competências, responsabilidades, composição do Conselho Diretor e forma de indicação de seus membros.” (NR) |
| Art. 15. Fica proibida a cobrança de juros de mora, por estabelecimentos bancários e instituições financeiras, sobre títulos de qualquer natureza, cujo vencimento se dê durante o período de suspensão do atendimento ao público em suas dependências em razão de desastres, quando caracterizadas situações de emergência ou estado de calamidade pública, desde | | |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013)

| Legislação | Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (texto aprovado pela Comissão Mista) |
|--|--|---|
| que sejam quitados no primeiro dia de expediente normal, ou em prazo superior definido em ato normativo específico. | | |
| | “ Art. 15-A. Aplica-se o disposto na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 , às licitações e aos contratos destinados à execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres.” (NR) | “ Art. 15-A. Aplica-se o disposto na Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, às licitações e aos contratos destinados à execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres, de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres.” (NR) |
| | | “ Art. 15-B As empresas exploradoras de serviço móvel pessoal ficam obrigadas a transmitir gratuitamente informações de alerta à população sobre risco de desastre, por iniciativa dos órgãos competentes, nos termos de regulamento.” (NR) |
| Art. 16. O caput do art. 1º da Lei nº 9.077, de 10 de julho de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação: | | |
| Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 | | Art. 3º. Acrescente-se o seguinte inciso VI ao art. 42-A da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001: |
| Art. 42-A. Além do conteúdo previsto no art. 42, o plano diretor dos Municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter: | | " Art. 42-A |
| V - diretrizes para a regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares, se houver, observadas a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 , e demais normas federais e estaduais pertinentes, e previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse | | |

Elaborado pelo Serviço de Redação da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal. • (Elaboração: 02.04.2014 – 18:15) • (Última atualização: 02.04.2014 – 18:15)

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013)

13

| Legislação | Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (texto aprovado pela Comissão Mista) |
|--|---|--|
| financiamento nas operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2010. | | |
| | | §9º Ficam as instituições financeiras, a seu critério, autorizadas a renegociar as operações de financiamento em situação de inadimplência em 31 de dezembro de 2012, contratadas com recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do Programa Emergencial de Reconstrução (PER), operados com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional, de que trata o inciso V do art. 1º da Resolução nº 4.170, de 20 de dezembro de 2012, de forma a renegociar até 100% (cem por cento) das parcelas vencidas até a promulgação desta Lei e das parcelas a vencer até o fim do contrato original, mediante a incorporação ao saldo devedor e redistribuição nas parcelas restantes, podendo ser prorrogada para até 24 (vinte e quatro) meses, após a data prevista para o vencimento vigente do contrato, mantendo-se os mesmos encargos financeiros pactuados.” (NR) |
| Art. 11. Na ocorrência de desastre, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cotistas do Funcap poderão sacar recursos até o limite de suas cotas, acrescido do valor aportado pela União na proporção estabelecida no § 2º do art. 9º. | Art. 3º Ficam revogados o art. 11, art. 12, art. 13 e art. 14 da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010. | Art. 5º Ficam revogados o arts. de nºs 11 a 14 da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010. |
| § 1º Os recursos sacados na forma deste artigo somente poderão ser utilizados para a finalidade prevista no art. 8º. | | |
| § 2º Não será exigido restituição dos recursos aportados pela União sacados na forma do caput, exceto no caso de utilização em desacordo com a | | |

Quadro comparativo do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013)

| Legislação | Medida Provisória nº 631, de 24 de dezembro de 2013 | Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2014 (texto aprovado pela Comissão Mista) |
|---|---|---|
| finalidade prevista no art. 8º. | | |
| § 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cotistas deverão prestar contas dos recursos sacados, na forma do regulamento. | | |
| Art. 12. A União poderá antecipar cotas, de forma a fomentar a adesão dos demais entes federados no Funcap. | | |
| Art. 13. Em casos excepcionais, o Conselho Diretor do Funcap poderá autorizar o saque, na forma do caput do art. 11, para custear ações imediatas de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais em áreas afetadas por desastres nos entes cotistas. | | |
| Art. 14. O limite de integralização de cotas para cada ente, as condições para saque e utilização dos recursos do Funcap, bem como outros procedimentos de ordem operacional relativos a ele, serão estabelecidos em regulamento. | Art. 4º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação. | Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. |
| | | |